

Apelo à reflexão

Em carta a leitores e estudantes, professora da Faculdade de Medicina da USP diz que a 'tolerância banalizada' à violência faz com que ela se alastre e afete toda a sociedade

Líliã Blima Schraiber

Caros leitores, escrevo em resposta à solicitação desse jornal e em caráter estritamente pessoal, testemunha que sou do turbilhão de eventos e notícias que recentemente nos tomou, a todos, na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Também escrevo em respeito ao importante papel que têm e sempre terão os meios de divulgação, pela propriedade de tornarem públicas questões que a sociedade deve conhecer e sobre as quais deve formar juízos e tomar decisões de enfrentamento.

Esse é o caso de violências e abusos, porque mesmo quando possam ocorrer como situações localizadas, aparentemente distantes de algumas pessoas ou em número que, à primeira vista, parece-nos até pequeno, de fato atingem todos e dizem respeito à sociedade. A possibilidade da existência dessas situações e sua tolerância banalizada, como se fossem problemas eventuais e insignificantes, essa mera possibilidade de assim existir, como mostram muitos estudos sobre as diversas violências, é a chance de seu alastramento, o caminho para uma situação muito mais ampliada que, com alguma matização, toma todos na sociedade.

Não obstante a extrema importância de sabermos das situações de violência para que passemos a enfrentá-las, reconheço também que, diante de problemas difíceis, certas formas de comunicação, tais como disputas em torno das notícias ou a busca pela notícia de maior impacto emocional, possam gerar um grave comprometimento ético para nossa formação de juízos sobre as situações relatadas. A pressa em torná-las públicas e a necessidade de destaque a determinadas notícias, como a um espetáculo que nos emocione ou nos apresente personagens tornados subitamente heróis ou bodes expiatórios, tudo isso termina por apagar o valor ético e social da publicação dos acontecimentos, pois deixaremos de compreender a existência e o enfrentamento



MARCOS BEZERRA/FUTURA PRESS

Rima atrás de solução. Conflitos são normais e inevitáveis, agressões, não

das violências como atinente a todos nós, como responsabilidade dos que estão diretamente envolvidos em cada cenário, mas não somente deles, e sim de todos nós. É esse pernicioso modo de comunicação que se aplica não apenas aos meios profissionais, mas também aos de natureza pessoal, em especial às urgências informativas que parecem ser impostas por essa cultura atual de uso dos meios eletrônicos. Nesse sentido, vai meu apelo à reflexão, para quem notícia, e, caro leitor, para você, que dê ao problema difícil o tratamento cuidadoso que merece – aliás, que nós todos merecemos.

Refletindo sobre as recentes situações de minha vivência na Faculdade de Medicina da USP, digo que violências físicas, sexuais ou emocionais são muito mais frequentes entre jovens do que entre adultos. Essa informação, mesmo que já produzida por estudos científicos, é quase senso comum. Afinal, crianças e jovens ainda estão aprendendo o convívio em família, em grupos e em sociedade, onde certamente en-

frentarão grande diversidade de opiniões, comportamentos e relacionamentos.

Esse ensinamento é tarefa dos adultos, pais e professores. Somos nós, adultos, que, ao banalizarmos as violências entre crianças e jovens, ensinamos e introduzimos os jovens a um convívio em que as violências são possíveis, praticáveis e aceitas como problema eventual. Mas o fazemos porque também toleramos e minimizamos as situações que ocorrem entre nós, adultos.

Violências são evitáveis; conflitos, não. Muitos estudos já indicam diversas formas de trabalhar com conflitos, pontos de vista e comportamentos divergentes, de modo a não se transformarem em violências. Nem sempre esse aprendizado requer um profissional ou uma intervenção especializada, mas sempre requer um adulto e responsável pela formação dos mais jovens que não aceita violências em qualquer convívio, no social ou no familiar e doméstico. Por isso, há sempre problemas de violência quando jovens são subitamente desacompanha-

dos, tal como ocorre na cultura americana do ingresso nas universidades. Há muitos relatos de violência, recentemente noticiados, nessas universidades.

Em nossas universidades é possível que estejamos fazendo o mesmo, ainda que, em nosso caso, as universidades não abriguem os estudantes como uma casa. No entanto, tampouco deixamos claro a eles a diferença entre a casa e a instituição, entre o espaço privado e o público, assim como tampouco estamos atentos ao fato de que eles próprios, embora não mais crianças, não consigam discernir de modo claro qual seria a diferença entre esses espaços – ainda que as violências não caibam em nenhum deles. Cabem, sim, diferentes tipos de convívios e ocorrem diferentes tipos de conflitos com os quais os jovens terão que lidar.

Talvez os pais tenham pensado que concluiriam suas tarefas educativas e esperem que os professores das universidades deem alguma pequena continuidade. Talvez os professores pensem que os pais já conseguiram o necessário ao bom convívio desses jovens. Talvez todos pensem que torná-los completamente responsáveis por si mesmos seja o adequado para jovens de 17, 18 ou 20 anos. Os fatos mostram o contrário, além do que é cruel dar responsabilidades aos jovens para lidarem com diferenças e conflitos que nem sequer os adultos, pais e os professores, lidam. Repito: as taxas de violência entre adultos podem ser menores, mas não são pequenas nem nulas.

O momento requer, então, além de esforços conjugados dos adultos relativamente aos jovens, uma profunda avaliação dos convívios entre os adultos e uma mudança cultural importante para deixarmos de banalizar as violências, até que possamos evitar que elas existam. Conhecê-las e, por mais duro que seja, aceitar que estejamos ocorrendo também perto de nós e devamos fazer algo a respeito, é um pequeno, inicial, mas valioso passo. Esse passo requer um inteiro e longo caminhar, pois não é simples ou fácil lidar com diferenças, sejam raciais e étnicas, sejam sociais e econômicas, sejam de gênero, orientações ou preferências sexuais, sejam, ainda, entre as pessoas que foram vítimas de violências e as que não o foram.

Cada uma dessas diferenças tem já estudos publicados com muitas reflexões e sugestões do que já se pode fazer. Não caberia discorrer sobre cada qual, neste nosso pensar. Mas poderíamos, sim, dizer que em todas as situações, sempre, todas as pessoas, por diferentes que sejam, têm direito à existência na sociedade e devem ser respeitadas. Nisso consistem os direitos humanos e valem para todos nós, em nossa pluralidade. Só as violências é que não deveriam existir.

*
LÍLIÃ BLIMASCHRAIBER É PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE MEDICINA PREVENTIVA DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP